

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 535.165 - SP (2019/0285729-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : JAILSON ALVES DA SILVA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS FRANCO RODRIGUES - SP331226
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão de minha lavra de fls. 481/483 em que não conheci do *habeas corpus* em testilha.

Sustenta a defesa haver omissão do julgado relativamente à tese de absolvição do paciente. Entende que as provas dos autos demonstram que não foi por ele cometido nenhum delito, bem como que somente foram consideradas as provas produzidas pela acusação. Requer a reanálise no presente *writ* das provas dos autos a fim de que se reconheça a inocência do paciente.

Decido.

Com razão o embargante. De fato, há omissão no julgado passível de correção na medida de que se deixou de analisar a tese relativa à absolvição.

Passo ao enfrentamento da questão.

O *writ*, no ponto, não merece conhecimento.

É que é certa a inadmissibilidade do enfrentamento da tese de absolvição do paciente por insuficiência probatória, ante o necessário afastamento do substrato fático em que se ampara a condenação, procedimento totalmente incompatível com a via estreita do *habeas corpus*. No mesmo sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL. ENTÃO PREFEITO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. TRÂNSITO EM JULGADO. PLEITO DE NULIDADE PELA NÃO INTIMAÇÃO PESSOAL DO RÉU ACERCA DO ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. ABSOLVIÇÃO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. NECESSÁRIO EXAME DA PROVA. ORDEM DENEGADA.

1. O reconhecimento de nulidades no curso do processo

penal reclama uma efetiva demonstração do prejuízo à parte, sem a qual prevalecerá o princípio da instrumentalidade das formas positivado pelo art. 563 do CPP (pas de nullité sans grief).

2. Consolidada é a jurisprudencial desta Corte, no sentido de que a intimação pessoal do réu ou de seu defensor, a teor do art. 392, incisos I e II, do CPP, é obrigatória quando proferida sentença condenatória em primeiro grau de jurisdição. Já quanto aos acórdãos prolatados em segunda instância, a intimação se aperfeiçoa com a publicação do respectivo decisório no órgão oficial de imprensa.

3. "A intimação das decisões dos Tribunais perfaz-se com a publicação na imprensa oficial quando houver defensor constituído, a teor do § 1º do art. 370 do Código de Processo Penal" (STF, RHC 117.752, Rel. Min. ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/6/2015).

4. Quanto ao pleito de absolvição por ausência de provas, tem-se que, se a instância ordinária, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entendeu, de forma fundamentada, ser o réu autor do delito descrito na exordial acusatória, a análise das alegações concernentes ao pleito de absolvição demandaria exame detido de provas, inviável em sede da angusta via eleita.

5. Incabível habeas corpus objetivando discussão acerca de eventual perda de mandato eletivo, em decorrência de sentença condenatória, por não existir lesão ou ameaça ao direito de locomoção, condição indispensável para a impetração da ação constitucional (Súmula 694 do STF).

6. Habeas corpus denegado. (HC 425.554/SC, Rel. Ministro RIBERIO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 9/4/2018).

De mais a mais, esta Corte já se manifestou no sentido de que não há óbice que a condenação seja embasada nos depoimentos de policiais responsáveis pela investigação, mormente quando colhidos sob o crivo do contraditório e em harmonia com os demais elementos de prova, como se verifica no presente caso.

Ilustrativamente:

REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. INSUFICIÊNCIA DE PROVA E USO NO LOCAL DE TRABALHO. ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CONDENAÇÃO BASEADA EM DEPOIMENTO DE POLICIAIS MILITARES. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. Desconstituir o entendimento do Tribunal de origem, que reconheceu ter o acusado sido flagrado portando arma de fogo de

Superior Tribunal de Justiça

uso permitido em área particular de outrem, objetivando o acusado a absolvição ou a desclassificação do delito, exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. O depoimento dos policiais militares que flagraram o acusado cometendo o ilícito penal constitui meio idôneo a amparar a condenação, conforme já sedimentou esta Corte de Justiça.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 739.749/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 27/5/2016).

Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração, para complementação do julgado de fls. 481/483 conforme fundamentação supra, sem, contudo, atribuir-lhe efeitos modificativos.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator